

*O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)
e o Debate Atual Sobre Folclore*

MICHEL DAL'COL COSTA
Universidade Federal do Espírito Santo

ESTILAQUE FERREIRA DOS SANTOS
Professor de História da UFES

VÁRIAS SÃO AS INICIATIVAS DESENVOLVIDAS em anos recentes no Espírito Santo, as quais demonstram o ressurgimento e o fortalecimento do interesse pela cultura popular, dita folclórica. Um exemplo ilustrativo é a movimentação em torno do “Congo”, uma manifestação tipicamente capixaba e, para muitos, “símbolo” maior de uma “identidade” capixaba que estaria sendo construída.

Essas iniciativas, por sua vez, partem de diversos órgãos, a saber:

- do *poder público*, no âmbito da Prefeitura Municipal da Serra, com a Fundação da Casa do Congo “Mestre Antônio Rosa” (1999); com a assinatura de um Convênio de ajuda financeira às Bandas de Congo organizadas em associação; com a gravação do CD *Congo: o canto da alma* pelas Bandas de Congo da Serra (2001) e, em âmbito estadual, com a declaração oficial da Secretaria Estadual de Cultura da assinatura de um Convênio com a Comissão Espírito-Santense de Folclore para o Mapeamento do Folclore em todo o estado;
- da *mídia estadual*, através dos principais jornais escritos, de programas televisivos e de revistas que despendem muitas de suas páginas e tempo para o assunto;

- de uma *indústria cultural* nascente, que começa a prestigiar elementos do Congo, formando um mercado para, por exemplo, as casacas do artesão serrano Tute, que já estão sendo vendidas, com auxílio do SEBRAE, até fora do estado; grupos musicais, como o do badalado Casaca, que, depois de explodir em vendas, a exemplo do falecido Chico Science, foi contratado pela multinacional Sony;
- do fortalecimento de *intelectuais* especialistas em folclore e do interesse de membros da universidade pela questão, como evidencia a seqüência de três debates sobre o assunto promovidos na disciplina História da Cultura Brasileira, do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); a *popularização* das Bandas de Congo, fazendo aumentar e diversificar os locais de apresentação, como ocorre na Barra do Jucu e na Serra, com um expressivo crescimento do número de seguidores em seus festejos populares.

Enfim, poderíamos citar inúmeros outros exemplos desse *interesse*. Assim cabe aqui constatar que a existência de um debate em torno de uma possível identidade cultural, baseada no que se entende como folclore, ou cultura do povo, está novamente em pauta. Como quaisquer debates sociais, vários projetos estão em jogo. Nesse sentido, está posta a necessidade de rever com mais cautela cada um desses projetos e de ver como a questão do folclore foi pensada ao longo da história das idéias brasileira e capixaba. Aqui resenharemos um texto que trata do caso nacional.

Primeiramente, o termo folclore envolve muitas imprecisões: alguns o olham negativamente, pois uma “coisa folclórica” remete a algo mal-elaborado, não científico e anedótico; outros o vêem como algo fundamental, como aquilo que de mais profundo existe nos povos, uma “manifestação do espírito” de uma nação, que deve ser defendida ante a possibilidade de esquecimento de sua própria identidade pela sociedade.

Foi com a intenção de contribuir para uma melhor compreensão desse termo no Brasil que Luís Rodolfo Vilhena, um antropólogo carioca falecido precocemente, desenvolveu sua tese de doutoramento, publicando-a no ano de 1997.

Nesse estudo, rico em informações e esclarecimentos, Vilhena descreve a trajetória dos estudos de folclore no Brasil, concentrando-se num período que vai de 1947 a 1964, tempo de grande mobilização em torno do tema. Caracterizando seu objeto de estudo com uma denominação dada pelos próprios folcloristas do período – “Movimento” –, o autor estuda o núcleo de toda a mobilização, a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), fundada em 1947. A CNFL, considerada por ele uma instituição “paraestatal”, formou-se como um

órgão do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (IBECC), do Ministério das Relações Exteriores, para ser representante do Brasil na UNESCO. A articulação nacional em torno da CNFL compôs-se com a formação de uma rede de folcloristas regionais, organizada em Comissões Estaduais, entre elas, a Comissão Espírito-Santense de Folclore, uma das mais dinâmicas e produtivas, que forneceu, inclusive, grande parte da documentação utilizada por Vilhena.

Um convite para participar de uma pesquisa sobre essa tradição intelectual no Brasil fez com que Vilhena entrasse em contato com a Biblioteca “Amadeu Amaral”, situada no Rio de Janeiro, anexa ao Museu Nacional do Folclore “Edson Carneiro”. Nessa biblioteca, encontra-se um grande acervo, organizado e conservado pelos próprios folcloristas em movimento, contendo uma grande quantidade de correspondências do período. A observação dessa documentação, em termos qualitativos e quantitativos, deixou o autor impressionado, ao perceber um paradoxo curioso entre a capacidade de mobilização que os folcloristas tiveram no Brasil, no período recortado, e o atual enfraquecimento do assunto, sobretudo do ponto de vista institucional. Essa constatação foi o ponto de partida de sua pesquisa, tanto que, no primeiro capítulo de sua obra, buscou demonstrar como se deu “a marginalização dos estudos de folclore no Brasil”.

A marginalização do folclore, segundo Vilhena, está associada à formação da universidade brasileira, especificamente à formação das Ciências Sociais neste país. Nesse processo, em que várias noções de “universidade” e de “ciência” estavam em jogo, sairia vitorioso o grupo ligado à *sociologia paulista*, na figura de seu maior teórico, Florestan Fernandes. Essa “escola” criaria uma visão pejorativa do folclorismo, relegando-o a um lugar menor no conhecimento social brasileiro e desconsiderando a importância dessa tradição na história das idéias do Brasil. No segundo e terceiro capítulos, denominados, respectivamente, *Em busca da institucionalização dos estudos de folclore: o sinal para a unificação dos esforços* e *Fronteiras e identidades: intelectuais, disciplinas e formação nacional*, Vilhena dá-nos subsídios para perceber as concepções de ciência e de institucionalização propostas pelos folcloristas, e a maneira como essas noções tinham ligação com o projeto de nação que defendiam.

Para fugir à polêmica questão que envolve o tema “cultura popular” e poder avançar na interpretação do folclorismo nacional, Vilhena não se resume a saber qual a forma de apropriação da cultura popular desses intelectuais, para depois emitir uma opinião positiva ou negativa. Apoiando-se nas perspectivas de Bakhtin e Ginzburg, que percebem a reciprocidade e a circularidade das relações entre “elite intelectual” e “povo”, ele procura identificar o “projeto” utilitário

criado pelos folcloristas para a cultura popular brasileira e, a partir dele, definir uma determinada identidade nacional, tendo como base a noção de folclore nos moldes em que se formou no Brasil.

Essa formação, para o movimento folclórico, ocorreu a partir de diversas contribuições acumuladas em uma “linha evolutiva” do folclorismo no Brasil. O início dessa linha deu-se com as interpretações do romantismo europeu, feitas desde o final do século XIX por Sílvio Romero, considerado um dos primeiros a pensar o assunto de forma científica. Passou depois pelos “tempos heróicos” dos modernistas Amadeu Amaral (e sua “Sociedade Demológica”) e Mário de Andrade (com o Departamento de Cultura do Governo Paulista) até a Comissão Nacional de Folclore, que teria uma “experiência acumulada” e amadurecimento para entrar em ação e criar uma rede de “homens de folclore” em todo o território nacional. A atuação da Comissão é descrita no quarto capítulo, intitulado de *Congresso e rumos: o movimento folclórico em ação*.

Essa rede de folcloristas do Brasil formou-se a partir de intelectuais saídos dos Institutos Históricos e Geográficos e das Academias de Letras regionais. Tachados de “intelectuais de província” ou “tradicionais”, eles aderiram a uma forte mobilização que se fundava no *rumor* de que uma tragédia estava próxima, e, por isso, como disse seu principal líder e secretário nacional Renato Almeida, deveriam abandonar as “histórias de elite” que faziam e se engajar, mesmo que voluntariamente, na “missão” da *pesquisa, proteção e difusão* do folclore brasileiro. Assim estariam contribuindo para a manutenção e reforço da identidade nacional. O escolhido para a Comissão Capixaba foi Guilherme Santos Neves, que se destacou no movimento estadual e nacional.

Com esse estudo interessantíssimo, Vilhena disse não querer defender o folclorismo, mas sim estudar esse *movimento cultural brasileiro* e esclarecer os motivos pelos quais essa visão negativa do folclore ocorreu neste país, dando a essa tradição o lugar de inferioridade no conjunto das Ciências Sociais no Brasil. Por um lado, critica e foge das interpretações elaboradas pela Sociologia paulista; por outro, une Antropologia e História para desvendar as representações intelectuais num período decisivo para a história das idéias no Brasil.

Parafraseando seu amigo Hermano Vianna, outro antropólogo, que desenvolveu estudo sobre a construção do *Samba* como símbolo nacional, em uma obra denominada *O mistério do samba*, Luís Rodolfo Vilhena contribuiu para desvendar outro grande mistério brasileiro, o do folclore. Essa obra reveladora é fundamental para todos aqueles que, no Espírito Santo, queiram analisar, com mais fundamentos, a *apropriação* por parte dos poderes político e econômico

de elementos culturais populares, os quais, até pouco tempo, só tinham o interesse de aglutinar a sua comunidade em torno da fé religiosa e da alegria de brincar uma festa.

Bibliografia

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 332 p.